Projecto

"Temos um problema sério com a avaliação"

Augusto Ferreira Guedes acusa as ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos de "incendiarem" a sociedade com as suas reacções ao valor remuneratório das avaliações de imóveis. Para o bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos não poderá ser colocada em causa a "qualidade e honestidade" dos profissionais que irão efectuar as avaliações

Pedro Cristino
pcristino@construir.workmedia.pt

A não inclusão da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) no Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) motivou uma reacção pela associação liderada por Augusto Ferreira Guedes. Sem "papas na língua", o bastonário da OET afirmou que a atitude do CNOP é "inqualificável" e explicou ao Construir que os engenheiros técnicos estão a ser excluídos de concursos públicos, devido à exigência do grau académico de licenciado. Por outro lado, o decréscimo acentuado da remuneração no processo de remuneração de imóveis resulta, segundo o bastonário, de um processo negocial em que tanto Ordem dos Engenheiros como Ordem dos Arquitectos terão excluído os engenheiros técnicos.

Augusto Ferreira Guedes, bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

D.R.

Um problema chamado "licenciado"

"Os "novos" engenheiros técnicos têm o grau de licenciado. Os que se formaram antes do processo de Bolonha têm o grau de bacharel", explica Augusto Ferreira Guedes ao Construir, referindo que é esta a razão que leva à exclusão de engenheiros técnicos dos concursos públicos. "Nunca defendemos que os bacharéis passem automaticamente a licenciados", declara, revelando que o que se pretende na OET é que deve ser considerada a qualificação de bacharelato para os concursos públicos, uma vez que era este o grau exigido anteriormente a Bolonha. O que acontece é que, actualmente, os engenheiros técnicos têm, independentemente do bacharelato ou da licenciatura, o primeiro ciclo de Engenharia concluído, sendo a única diferença a denominação deste grau, conforme explica Augusto Ferreira Guedes. "Não há, na nossa opinião, nenhuma razão para serem excluídos [dos concursos públicos]", referiu, relativamente aos bacharéis. "Para o exercício da profissão deveria utilizar-se exclusivamente a designação profissional e não a académica", concluiu, acrescentando que "poderia ser feita legislação que clarificasse estas coisas e diminuía-se a conflitualidade".

Não inclusão no CNOP

Ao considerar que os engenheiros técnicos são representados pela Ordem dos Engenheiros (OE), o CNOP não admitiu a OET como membro associado. Como resposta a esta decisão, a OET propôs a criação do Conselho das Profissões Liberais (CPL), "em que todas as profissões liberais de nível superior estejam representadas, sem sofismas, sem exclusões, porque estas profissões têm de ser dignificadas e são hoje, seguramente, o sector da sociedade portuguesa onde existe uma maior produção de pensamento e maior massa crítica", segundo afirmou o bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos. "Devemos ser cerca de 300 mil profissionais liberais e, neste momento, cerca de 100 mil estão excluídos do CNOP e nós não aceitamos que um terço dos profissionais liberais estejam excluídos" declarou, mencionando também o caso da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, também excluídos do Conselho, que considera que estes já estão representados pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. "Queremos um Conselho de Profissões Liberais que não exclua ninguém e nós não autorizámos ninguém a falar em nosso nome", afirmou, explicando que a OET pretende um "verdadeiro" CPL, que "não exclua ninguém" ou que o actual CNOP "altere a sua posição". Para Ferreira Guedes, esta decisão do CNOP "não é mais do que a tentativa de preservar o monopólio de alguns instalados" algo que a OET "jamais aceitará". Contudo, consciente de que seria negativa a existência de "duas organizações que supostamente teriam o mesmo objectivo", o bastonário revela que os engenheiros técnicos "estão disponíveis para alterar a sua posição se o CNOP reflectir e, de uma forma modesta, repensar a sua existência".

Processo de avaliação de imóveis

"Temos um problema sério com a avaliação. As outras duas ordens [Ordem dos Arquitectos (OA) e Ordem dos Engenheiros] contestam um conjunto de procedimentos. Nós também achamos que existem divergências, mas achamos que os engenheiros, os arquitectos e os engenheiros técnicos devem contribuir para a resolução deste problema", afirmou Augusto Ferreira Guedes, explicando que a OET já teve de recorrer ao tribunal porque a Direcção Geral de Contribuições e Impostos "não incluía a OET no processo". "A Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Arquitectos sabiam que nós não estávamos incluídos, e que a lei não estava a ser cumprida, e tentaram fazer um "pacote" ganhando o mercado" acusou o bastonário da OET, explicando que, tanto a OA como a OE "aceitaram uma redução das remunerações das avaliações e agora reclamam porque não sabiam que esta redução era tão grande". Segundo Ferreira Guedes, esta situação colocou a OET numa "posição difícil". "Tivemos de dizer que achamos que, na maioria dos casos, o valor não é suficientemente compensador, mas temos de considerar que devemos dar um contributo para o desenvolvimento do País e, nos casos em que não há informação disponível, devemos exigir da administração uma atitude diferente", proferiu. Augusto Ferreira Guedes acusou ainda a OE e a OA de colocarem "em causa o mérito e a honestidade dos seus membros" o que levou a que as três ordens sofressem "uma derrota desnecessária" na negociação das remunerações das avaliações com o Estado. Para o responsável da Ordem dos Engenheiros Técnicos "é urgente e necessário fazer uma avaliação correcta de todos os imóveis e, portanto, há uma obrigação com os financiadores do País que deve ser feita com os melhores critérios, com os melhores técnicos e com a maior das seriedades". Neste sentido, acusa a OA e a OE de terem "incendiado" a sociedade com o objectivo de "ganharem mais uns euros com cada avaliação", ao terem proferido que, o nível remuneratório baixo das avaliações poderia colocar em causa a qualidade do trabalho efectuado. "Há muito trabalho para fazer, muita propriedade para avaliar", realça, apontando ainda a importância de um cadastro nacional que, segundo o próprio, não existe. ■